



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

Necrogovernança e necropoder subversivo de vidas postumas de vítimas no México

Autoria: Olof Kjell Oscar Ohlson (The University of Edinburgh)

Atualmente, o México vive na época dos “narcos”. Duas décadas intensas de violência relacionada ao narcotráfico viram o número de mortos disparar, especialmente depois que o governo lançou guerra aos cartéis de drogas em 2006, resultando em um número total de pelo menos 37.435 desaparecidos e mais de 200.000 mortos (INEGI 2017). As instituições estatais tendem a ignorar a crise, fechando os olhos para desaparecimentos e mortes violentas. Apenas alguns casos criminais resultam em punição para os autores (HRW Report 2013). De fato, a polícia e as forças armadas foram responsabilizadas pelo envolvimento no narcotráfico, bem como em graves violações de direitos humanos (GIEI Informe Ayotzinapa 2015; Marcial 2014; Noble 2014; Pereyra 2012). A gestão mexicana de mortes, processos judiciais e a crise nacional de violência levaram a políticas controversas. A controversa “necropolítica” do país vê diferentes partes envolvidas nas lutas políticas pelo controle dos mortos (Ferrándiz & Robben 2015; Mbembe 2008). Meu foco nesta apresentação é como as famílias mexicanas de vítimas de violência estatal e corporativa protestam contra “necrogovernança” (Mbembe 2008: 11) e, o que eu chamo, o “necropoder corporativo”: o poder de ditar as circunstâncias da vida e da morte de cidadãos e trabalhadores. Dois casos de campo – os desaparecidos presumivelmente mortos 43 estudantes de Ayotzinapa do “massacre de Iguala” em 2014, e os 63 mineiros não-enterrados depois de um acidente de mineração em 2006 na mina Pasta de Conchos da empresa Grupo México – ilustram como a necro-governança estatal e o necropoder corporativo empregam a técnica criminosa de corpos desaparecidos para impedir a justiça e manter o controle social, através de processos de desumanização para tornar os trabalhadores dispensáveis e alguns grupos matáveis (Berlanga 2015; Mbembe 2008; Robben 2007). No entanto, isso é combatido pelas lutas teimosas dos movimentos sociais para restaurar um senso de valor para as vítimas. Os ativistas usam uma “política de visibilidade” com



atos públicos de luto para recuperar suas vítimas (Rivera Hernández 2017; Taussig 1992). Argumento que coletivos mexicanos de famílias de vítimas implantam um ?repertório de ação coletiva? (Tilly 2006) em resposta a regimes de negrogovernança, criando uma forma de ?necromoralidade? que ilustra um novo tipo de ?necropoder subversivo?. Parentes de vítimas têm várias estratégias para sustentar o necropoder subversivo, como através de ?vidas postumas das vítimas? (Ohlson 2019), onde dão oferendas aos mortos no Dia dos Mortos e realizam cerimônias em espaços público para envergonhar as autoridades, usando suas vítimas como objetos de luto e ativismo, ou seja, desafiando ambas as negrogovernanças e necropoder corporativo.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: